26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: MAPEAMENTO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INFORMATION LITERACY AND GENDER VIOLENCE: *A MAPPING IN INFORMATION SCIENCE*

Priscila Eny Souza Oliveira – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Renata Lira Furtado – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A Competência em Informação configura-se como importante instrumento para a emancipação dos sujeitos, auxiliando na tomada de decisões e resolução de problemas com autonomia e criticidade. Diante da relevância social da temática, compreendida como um problema de saúde pública e de violação de direitos, o objetivo geral desta pesquisa é o de analisar as interseções entre as temáticas Competência em Informação e violência de gênero nas pesquisas indexadas na Base de Dados em Ciência da Informação. O estudo é qualitativo, exploratório e bibliográfico, realizado em fevereiro de 2026. Os resultados apontam para o surgimento de estudos sobre a temática nos últimos cinco anos, assumindo importância crescente no debate científico e acadêmico, embora a produção ainda se apresente de forma incipiente e dispersa no âmbito da Ciência da Informação brasileira. A principal conclusão é a de que é necessário um reforço nas pesquisas sobre a temática, para o fortalecimento do combate à violência de gênero, posicionando a informação como recurso estratégico de proteção e garantia de direitos.
Palavras-chave: competência em informação; estudos de gênero; violência de gênero.

Abstract: Information Literacy is an important instrument for the emancipation of subjects, assisting in decision-making and problem solving with autonomy and criticality. Given the social relevance of the theme, understood as a public health problem and violation of rights, the general objective of this research is to analyse the intersections between the themes of Information Literacy and gender violence in research indexed in the Information Science Database. The study is qualitative, exploratory and bibliographic, carried out in February 2026. The results point to the emergence of studies on the subject in the last five years, assuming

growing importance in the scientific and academic debate, although production still presents itself in an incipient and dispersed way within the scope of Brazilian Information Science. The main conclusion is that it is necessary to strengthen research on the subject, to strengthen the fight against gender violence, positioning information as a strategic resource for protection and guarantee of rights.
Keywords: Information Literacy; gender studies; gender violence.

1 INTRODUÇÃO

A Competência em Informação (CoInfo) pode ser considerada como um instrumento de auxílio à emancipação social dos sujeitos vulneráveis, especialmente por meio do desenvolvimento da autonomia e criticidade deles. A CoInfo é, portanto, considerada por Lloyd (2012) uma prática holística cultural e socialmente construída, que emerge e se concretiza em contextos e cenários específicos. Desse modo, para além da esfera individual, entende-se que a CoInfo pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades e atitudes críticas diante das desigualdades, transformando o aprendizado ao longo da vida em um dos mecanismos de auxílio na subversão das realidades cotidianas (Belluzzo, 2013; Belluzzo; Feres, 2016; Dudziak, 2003).

No contexto das opressões cotidianas, a violência de gênero destaca-se como a violação da integridade física, moral, psíquica ou sexual da vítima (Saffioti, 2011). Compreendida como um problema de saúde pública e de violação de direitos, essa modalidade de violência é agravada por assimetrias de poder interseccionais e atravessada por discursos culturais, sociais e informacionais (Ferreira; Côrtes, 2017; Neri; Mota, 2024), o que demanda a urgência de novos debates diante da insuficiência dos avanços institucionais atuais (Segato, 2003). Doyle e Olinto (2021) refletem que tornar públicas a violência e a opressão, em todos os seus formatos, é crucial para que a realidade seja modificada.

A partir desse panorama, reconhece-se que, embora a CoInfo isoladamente não consiga resolver o complexo problema estrutural, patriarcal e cisheteronormativo[1] da violência de gênero, o qual exige múltiplos mecanismos articulados, ela pode, enquanto dimensão social formativa, crítica e situada (Lloyd, 2012), contribuir significativamente para o enfrentamento de vulnerabilidades informacionais associadas ao fenômeno, desde que vinculada ao desenvolvimento de políticas públicas, ao estabelecimento de redes de proteção

[1] Cisheteronormativo refere-se a um sistema social e cultural que impõe a heterossexualidade e a cisgeneridade (identificar-se com o gênero atribuído ao nascer) como os únicos padrões naturais.

e às práticas coletivas de resistência, considerando que as soluções para a violência de gênero envolvem tanto conhecimentos interdisciplinares quanto ações coordenadas (Roxo, 2025).

Com base nas perspectivas apresentadas, o estudo tem como questão norteadora a seguinte pergunta: como a produção científica brasileira em Ciência da Informação (CI) articula a Competência em Informação ao enfrentamento da violência de gênero? O objetivo geral do estudo é analisar as interseções entre as temáticas Competência em Informação e violência de gênero nas pesquisas indexadas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCO). Como objetivos específicos, o estudo busca: 1) identificar estudos que relacionam CoInfo e violência de gênero; 2) caracterizar os enfoques temáticos, conceituais e os níveis informacionais presentes nesses estudos; e 3) discutir potencialidades e limitações da CoInfo enquanto elemento contributivo para a formulação de estratégias de enfrentamento à violência de gênero.

Justifica-se o estudo pela necessidade de sistematizar o conhecimento produzido na CI sobre a relação entre CoInfo e violência de gênero, vislumbrando mecanismos de enfrentamento e coibição às práticas de violência, a partir do acesso e uso de informação qualificada, considerando a continuidade crescente de situações de violência, bem como pela necessidade de indicar lacunas teóricas que demandam aprofundamento crítico e interseccional.

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A violência de gênero é um problema social mundial e uma das mais graves consequências da desigualdade de gênero. Ferreira e Côrtes (2017) apontam o problema como de saúde pública e de violação dos direitos humanos, podendo provocar danos perenes na saúde mental, física e reprodutiva, em especial das mulheres. Alertam para o fato de que essa violência independe da cultura, religião, faixa etária, classe social, raça ou grau de escolaridade, expondo o quanto a interseccionalidade[2] e as relações de poder contribuem para o agravamento da situação. É uma questão complexa, abrangente, histórica e

[2] A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. Configura-se como uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 16-17).

multifacetada, abordada em diferentes áreas do conhecimento e atravessada por discursos culturais, sociais e informacionais (Ferreira; Côrtes, 2017; Neri; Mota, 2024; Roxo, 2025).

Segato (2003) expõe que a sociedade é regida por um "mandato da masculinidade", construção social que define normas sobre como homens devem se portar para a manutenção de poder, a partir de padrões dominadores que geram privilégios a eles, naturalizando agressividade, competição e controle. A autora caracteriza a violência sexual como ato político de poder e dominação para exposição da masculinidade dominante. O "mandato de masculinidade" se manifesta por meio de outro conceito criado por ela, o da "pedagogia da crueldade", em que a sociedade incentiva homens, por meio de práticas e discursos, a reprimir sentimentos como sensibilidade e empatia, tornando-os passíveis a recorrer à variadas formas de violência para lidar com os seus problemas.

Nesse contexto, Saffioti (2011) defende a necessidade de modificações profundas para a emancipação dos sujeitos, já que a violência reflete o patriarcado, que fornece direitos sexuais aos homens e se perpetua através da ideologia e da força. Para a autora, a violência deve ser compreendida como expressão de um sistema social que marginaliza o trabalho da mulher e perpetua as explorações contra ela. Acredita, portanto, em um feminismo que articule luta contra a dominação de gênero e transformação social, a partir de uma revolução nas estruturas sociais, visando uma sociedade mais democrática e livre.

Resultados da pesquisa Brasil (2025) sobre violência contra a mulher apontam que 4% delas afirmam ter sofrido algum episódio de violência doméstica ou familiar nos últimos 12 meses, o que representa, em relação ao total populacional, por volta de 3,7 milhões de mulheres. Entretanto, a pesquisa estima que esse número chega a cerca de 29%, quando se considera que há desconhecimento por elas de todas as formas de violência, que vão além da agressão física e envolvem: agressão sexual; assédio sexual; tráfico de mulheres; violência psicológica; violência obstétrica; violência digital; violência baseada em honra; exploração sexual comercial e feminicídio (Neri; Mota, 2024), portanto, abrangem também a violência simbólica, seja ela explícita ou velada.

A pesquisa mostra ainda que a maioria dessas mulheres não buscou ajuda das entidades e dos órgãos governamentais especializados, optando pelo auxílio da família, da igreja e dos amigos. Em menor medida, buscaram serviços de saúde, a delegacia comum e a especializada, e o serviço militar. Outra questão revelada é a de que 1/3 das mulheres que sofreram violência não conseguem se manter financeiramente, o que pode ser um dos

motivos para a permanência da relação e, consequentemente, para a manutenção dos abusos (Brasil, 2025). Nessa seara, Biroli (2018) realça que uma das dificuldades mais relevantes para a permanência em lares violentos é a vulnerabilidade material e cotidiana, especialmente quando se têm filhos pequenos.

Outro dado importante é o de que 58% das mulheres permanecem em situações de violência por mais de um ano, seja por questões financeiras, psicológicas ou sociais (Brasil, 2025). Em relação a isso, Ferreira e Côrtes (2017) apontam que acontece por fatores como: dependência emocional e/ou financeira, medo, ameaças sofridas, deficiências do sistema judicial e falta de informação sobre a existência de entidades de suporte, o que demonstra que o acesso à informação é uma dimensão relevante, mas não isolada, do enfrentamento à violência.

Nessa perspectiva, Ferreira e Côrtes (2017) e Neri e Mota (2024) consideram a informação como instrumento essencial para a alteração de pensamentos enraizados na sociedade, podendo auxiliar no processo de modificação de estruturas sociais naturalizadas e na ampliação dos direitos aos grupos socialmente vulneráveis, bem como na conscientização e sensibilização dos sujeitos de todos os gêneros para a questão. Ferreira e Côrtes (2017) acreditam que o processo inicia pela facilitação do acesso a entidades de apoio, auxiliando na superação de medos e preconceitos ligados às situações de violência.

Quanto ao papel da Competência em Informação, Miranda e Alcará (2025) destacam a centralidade da informação na formação crítica de meninas e mulheres. Segundo as autoras, o desenvolvimento da CoInfo viabiliza o acesso e a mobilização de conhecimentos teóricos e práticos essenciais ao combate às desigualdades de gênero, que são perpetuadas por construções sociais e estruturas histórico-culturais.

Sob essa ótica, evidencia-se a relevância da abordagem sociocultural de Lloyd (2012), para quem a Competência em Informação se configura como um conjunto de atividades inter-relacionadas voltadas a fins específicos, englobando desde o desenvolvimento de habilidades individuais até a produção, circulação e uso crítico da informação. A autora enfatiza que a CoInfo constitui uma prática coletiva complexa, socialmente situada e continuamente negociada entre sujeitos que compartilham um mesmo contexto.

A abordagem desenvolvida por Lloyd (2012) propõe, portanto, que a CoInfo não é apenas um conjunto de habilidades individuais, mas o resultado da co-participação e do engajamento coletivo. Sob essa perspectiva, o foco se desloca para a compreensão de como

os sujeitos constroem formas de conhecer e navegar pelos panoramas informacionais que moldam os seus próprios contextos.

Santos, Maia e Pinheiro (2022) relacionam a Competência em Informação à inovação social, argumentando que a compreensão e a gestão informacionais são contextuais e expressam interesses intersubjetivos. Para os autores, essa articulação possui potencial para impulsionar a inclusão social e a emancipação de comunidades em situação de vulnerabilidade informacional.

Nessa direção, Neri e Mota (2024) compreendem como essencial o desenvolvimento da CoInfo, enquanto instrumento de emancipação, educação e aprendizagem para o acesso e o uso da informação, na superação da violência de gênero. Acreditam que a CoInfo pode cooperar para a desconstrução de mitos e estereótipos de gênero que reforçam machismos e violências, contribuindo para uma cultura de respeito e igualdade. Percebem a CoInfo como aspecto crucial na compreensão do papel da informação na divulgação, no acesso, na acessibilidade e no uso dos recursos assegurados a todas as vítimas de violência, independentemente da situação ou condição social, já que pode auxiliá-las na busca por ajuda, na denúncia dos agressores e na identificação dos abusos sofridos (Neri; Mota, 2024).

Miranda (2024) destaca que a compreensão da dinâmica das relações sociais e de perspectivas de sexo e gênero a partir das relações de exploração do sistema capitalista, que amplificam e se sustentam nas opressões sofridas por populações marginalizadas, é essencial para perceber o papel da informação, especialmente quanto à produção, à organização, ao compartilhamento e à apropriação dela e sua relação com a história de lutas de gênero, em que, assim como os demais aspectos educacionais, culturais e ideológicos, "[...] a informação é produzida e compartilhada em um sistema que privilegia o acesso de determinados grupos e que se beneficia da negligência informacional com outros" (Miranda, 2024, p. 54).

A autora considera que as mulheres são um dos grupos que mais precisam do acesso à informação e identifica que as relações de gênero, ligadas a outras opressões, dificultam o acesso às políticas informacionais, fortalecendo desigualdades. Percebe que a redução dessas lacunas pode ser realizada pela formação de habilidades para busca, seleção e apropriação da informação, em adição ao debate sobre políticas públicas de acesso à informação e a conhecimentos para populações vulneráveis informacionalmente. Entende, assim, que é possível pensar nos estudos informacionais como elementos de combate a ideologias patriarcais de reforço à lógica machista e misógina da sociedade atual (Miranda, 2024).

Portanto, o enfrentamento ao sistema patriarcal e ao capitalismo, no que tange especialmente ao desfavorecimento das mulheres, pode ser combatido por meio de modificações culturais e simbólicas, mediadas pela informação, em um processo de conscientização de que ela pode contribuir para a superação das desigualdades de gênero e das limitações sexuais impostas pelo sistema (Miranda, 2024).

Melo, Alves e Brasileiro (2022) ressaltam que a Competência em Informação possibilita repensar as estruturas de poder. Para os autores, ela atua como um recurso norteador para o combate às relações de dominação e submissão impostas a grupos subalternizados, como é o caso das mulheres. Em ampliação à ideia, para Irving (2020), a CoInfo não só aprimora a capacidade de acesso e utilização da informação existente pelo indivíduo, mas também auxilia no combate à desinformação, na identificação de lacunas informacionais e no aproveitamento de oportunidades para a criação de informações contextualizadas e culturalmente relevantes.

Já Miranda e Alcará (2024) refletem sobre o papel dos profissionais da informação e das unidades de informação na democratização do acesso à informação e no enfrentamento às desigualdades de gênero, a partir do desenvolvimento de habilidades informacionais, pensamento reflexivo e análise crítica dos sujeitos.

Kawabata e Miranda (2025) destacam que a opressão feminina é historicamente sustentada por discursos forjados pelo capitalismo, racismo e patriarcado. Essa estrutura atrela a mulher ao cuidado, à fragilidade e à subalternidade, privando-a do acesso a múltiplos recursos, inclusive o informacional, e perpetuando desigualdades que impactam negativamente sua vida.

Diante disso, nota-se que a violência de gênero é resultado de estruturas sociais produtoras e mantenedoras de uma série de desigualdades, e a CoInfo configura-se como aporte teórico-metodológico com potencial para dirimir tais assimetrias, já que visa desenvolver habilidades para que os sujeitos acessem e utilizem informações de forma crítica e autônoma e, nessa perspectiva, passem a reconhecer violências e acessar mecanismos de proteção e de garantia de direitos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é de natureza qualitativa e exploratório-descritivo quanto aos objetivos, cujo procedimento técnico adotado é o bibliográfico (Gil, 2022; Severino, 2016). A coleta dos dados

ocorreu em fevereiro de 2026, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), escolhida por sua representatividade e abrangência na produção científica da CI no Brasil.

A estratégia de busca empregou os descritores 'Competência em Informação' e suas variações: ‘Competência Informacional’; ‘Letramento informacional’; ‘Alfabetização Informacional’ e ‘Competência Crítica em Informação’ *AND* 'violência de gênero', em português, e '*Information Literacy*' *AND 'gender-based violence*', em inglês. Não foi estabelecida delimitação temporal, visando mapear a amplitude histórica das interseções entre as temáticas. Como critério de inclusão considerou-se a pertinência temática com a relação entre CoInfo e violência de gênero e como critério de exclusão observou-se resultados duplicados, documentos sem aderência ao escopo da pesquisa e textos que apenas mencionam os descritores sem desenvolver discussão efetiva sobre a temática.

Inicialmente, foram recuperados sete resultados no idioma português. Após a análise criteriosa e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, três registros foram excluídos, pelas seguintes razões: o primeiro deles apresentou inconsistência nos metadados, duplicidade de título com redirecionamento para documento impertinente; o segundo documento descartado foi um resumo de tese sem aderência ao escopo da pesquisa; o terceiro apenas mencionava a CoInfo, sem apresentar discussão efetiva sobre ela. A busca em idioma inglês não recuperou documentos inéditos, apresentando apenas um registro já identificado na busca em português.

Dessa forma, o corpus final de análise foi constituído por quatro artigos científicos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão. A análise dos resultados foi conduzida de forma descritivo-interpretativa, considerando os enfoques temáticos, os enfoques conceituais, os níveis informacionais mobilizados nos estudos e as potencialidades e limitações atribuídas à CoInfo no enfrentamento da violência de gênero.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta a caracterização dos quatro estudos recuperados na BRAPCI, considerando ano, título, autorias e tipo de publicação das obras recuperadas. Nota-se que são artigos recentes, publicados nos últimos cinco anos, com uma publicação a cada ano, de 2022 a 2025. Quanto ao tipo de publicação, três correspondem a artigos em periódicos científicos e um a trabalho apresentado em evento, conforme identificação da própria base.

Quadro 1 - Obras recuperadas na BRAPCI

Nº	Ano de publicação	Título da obra	Autores (as)	Tipo de publicação
1	2025	Desinformação de gênero facilitada pela tecnologia	Ágatha C. O. da Silva; Luciane Cavalcante	Artigo em periódico
2	2024	Competência informacional com vistas à mulher em situação de violência	Georginei S. Neri; Francisca R. L. Mota	Artigo em periódico
3	2023	Enfrentamento à desigualdade informacional de gênero: ações de competência em informação promovidas em bibliotecas	Ana Maria M. Miranda; Adriana R. Alcará	Trabalho em evento
4	2022	A nona dimensão da competência crítica em informação na práxis e a *advocacy coalition*: análise de iniciativas brasileiras de gênero	Carla M. M. Viola; Anna C. C. de A. S. Brisola	Artigo em periódico

Fonte: elaboração própria (2026).

A seguir apresenta-se uma síntese de cada um dos quatro artigos recuperados e a análise de como se relacionam com a literatura.

O estudo 1, de Ágatha Silva e Luciane Cavalcante, analisa a abordagem do fenômeno da desinformação de gênero nas produções brasileiras da CI, por meio de pesquisa qualitativa na literatura científica indexada em bases de dados importantes, no período de 2020 a 2025, em que percebem pouca consolidação da temática no campo, com baixa produção científica, além de dispersão e restrição a trabalhos acadêmicos realizados na pós-graduação e publicados em anais de eventos científicos, apontando para a necessidade de ampliar e fortalecer os estudos na área, em especial quanto ao desenvolvimento da CoInfo e à análise das práticas informacionais e da mediação da informação, já que a desinformação de gênero pode ampliar violências simbólicas e estruturais contra mulheres e outras minorias sociais em ambientes digitais (Silva; Cavalcante, 2025).

Nota-se que o estudo 1 conecta-se à preocupação com a violência digital mencionada nos dados do DataSenado (Brasil, 2025). A desinformação de gênero é apresentada como uma

nova face da violência simbólica. Se a sociedade é regida por discursos culturais que naturalizam a agressão, a desinformação em ambientes digitais utiliza a estrutura da rede para amplificar esses silenciamentos, tornando a CoInfo uma barreira necessária contra essa nova tática do "mandato da masculinidade" exposto por Segato (2003). Além disso, o estudo conecta-se à ideia exposta por Irving (2020), para quem o desenvolvimento da CoInfo possibilita o combate à desinformação e o preenchimento de lacunas informacionais, gerando participação cidadã, aprendizagem politizada e criação de novos conhecimentos.

O artigo 2, de Georginei Neri e Francisca Mota, relaciona CoInfo e mulheres em situação de violência, cuja proposição principal é de construção de um modelo de rede que intersecciona mulher informação-órgãos de apoio e proteção contra violências, fundamentado na CoInfo, considerando que o acesso e o uso de informações sobre violência auxiliam na ruptura dos ciclos de agressão (Neri; Mota, 2024).

Entende-se que o artigo 2 operacionaliza tanto o que Miranda (2024) propõe quanto ao uso da informação para o combate à ideologia patriarcal quanto a dimensão crítica e emancipatória da Competência em Informação, ressaltada por Miranda e Alcará (2025), por meio da mobilização de saberes práticos essenciais ao combate às desigualdades. Além disso, ao propor um modelo de rede (mulher-informação-órgãos de apoio), os autores oferecem uma solução prática para o dado do DataSenado (Brasil, 2025) de que a maioria das mulheres não busca órgãos oficiais, bem como contribuem para o processo de facilitação do acesso a entidades de apoio exposto por Ferreira e Côrtes (2017). O modelo de rede visa ainda atenuar a negligência informacional exposta por Miranda (2024), transformando a CoInfo no elo necessário para que a mulher reconheça abusos e acesse mecanismos de proteção.

A obra 3, de Ana Maria Miranda e Adriana Alcará, mapeia práticas de auxílio ao desenvolvimento da CoInfo, realizadas por bibliotecas, no contexto da desigualdade de gênero. Como principal resultado, as autoras percebem uma incidência maior de práticas voltadas ao acesso à informação, enquanto aspecto essencial para o desenvolvimento da CoInfo. Assim, a pesquisa mostra que as bibliotecas podem agir como espaços de combate à desigualdade de gênero por meio, principalmente, do acesso à informação (Miranda; Alcará, 2023).

O mapeamento apresentado na obra 3 mostra que bibliotecas podem atuar como espaços de combate à violência. Ao focar em práticas de acesso à informação sobre direitos, saúde e trabalho, elas atuam na vulnerabilidade material e cotidiana descrita por Biroli (2018),

materializando a CoInfo como política pública de enfrentamento à desigualdade. O artigo também dialoga com Miranda e Alcará (2024), quando identificam o papel das unidades e dos profissionais da informação no enfrentamento às desigualdades de gênero, bem como com Irving (2020), que defende a ideia de que a educação inclusiva e a participação comunitária exigem acesso inclusivo à informação. A CoInfo, para a autora, está intimamente ligada ao direito à informação e à representatividade ou exclusão do conhecimento alheio. Ela é prejudicada quando as pessoas não têm acesso às informações necessárias para aprender e agir socialmente, o que gera silenciamento de vozes marginalizadas.

O artigo 4, elaborado por Carla Viola e Anna Cristina Brisola, analisa a nona dimensão da Competência Crítica em Informação (CCI) (Gênero, feminismos, sexualidade) na práxis e na *Advocacy Coalition*, identificando a presença de diversas iniciativas representadas por grupos, redes, plataformas, institutos, associações e organizações que defendem causas de equidade de gênero, com potencial para fomentar a CCI para as mulheres, como estratégia de luta contra violência, racismo, diferenças e exclusão delas no cenário político, a partir de um movimento nacional impulsionado pela *Advocacy Coalition* em prol dos avanços das políticas públicas que empoderem e defendam mulheres (Viola; Brisola, 2022).

Percebe-se que o artigo 4 eleva a CoInfo do nível individual para o coletivo. Ao articular a Nona Dimensão (Gênero e Feminismos) com a *Advocacy Coalition*, as autoras reverberam a afirmação de Saffioti (2011) sobre a necessidade de luta contra a dominação. Assim, a CoInfo não apenas auxilia na proteção das mulheres, mas na participação delas na formulação de políticas públicas, combatendo o racismo e a exclusão política de forma estrutural, o que dialoga com a dimensão social formativa, crítica e situada (Lloyd, 2012) capaz de mitigar vulnerabilidades informacionais quando articulada a redes de apoio, práticas coletivas e políticas públicas (Roxo, 2025).

A ideia exposta no artigo 4 também conversa com o diagnóstico estrutural exposto por Kawabata e Miranda (2025), para quem a opressão histórica vivenciada pelas mulheres é fundamentada em discursos estruturados pelo capitalismo, racismo e patriarcado, os quais naturalizam a subalternidade e promovem a privação sistemática de recursos, sobretudo o informacional. Além disso, atravessa o fundamento político da mudança exposto por Melo, Alves e Brasileiro (2022), quando afirmam que a CoInfo permite repensar estruturas de poder e orientar a luta contra a dominação, explicitando que o acesso e o uso da informação são atos de resistência política de grupos subalternizados.

A análise do corpus documental permitiu identificar três níveis informacionais distintos e inter-relacionados na literatura, os quais predominam em determinadas obras, são eles: (1) individual, focado nas práticas de acesso, busca, avaliação e uso da informação dos sujeitos; (2) institucional, voltado ao papel das bibliotecas, órgãos governamentais e redes de proteção; e (3) político-coletivo, que tenciona as ações de *advocacy,* as pautas feministas e o enfrentamento das desigualdades estruturais.

No nível individual, as investigações concentram-se no impacto direto das práticas informacionais no cotidiano dos sujeitos. De um lado, Neri e Mota (2024) evidenciam como o acesso e o uso qualificado da informação instrumentalizam o reconhecimento de abusos, a busca por direitos e o acionamento de redes de apoio. De outro, Silva e Cavalcante (2025) problematizam o cenário da desinformação, argumentando que a vulnerabilidade informacional exige o desenvolvimento de capacidades críticas para a avaliação de fontes em contextos de crise.

O nível institucional abrange a responsabilidade de organizações, serviços e aparatos estatais no fluxo da informação de acolhimento. A contribuição de Miranda e Alcará (2023) destaca-se ao posicionar as bibliotecas como agências fundamentais de mediação. Esse enfoque é complementado por Neri e Mota (2024), que articulam a tríade mulher, informação e órgãos de proteção, demonstrando a necessidade de alinhar os fluxos informacionais institucionais às demandas reais das vítimas.

Por último, o nível político-coletivo congrega as pesquisas que deslocam a CoInfo para a perspectiva macroestrutural, associando-a aos feminismos, à defesa de direitos e ao combate às opressões. O estudo de Viola e Brisola (2022) ancora essa perspectiva ao debater a dimensão coletiva do fenômeno por meio da *advocacy*. Dialogando com essa visão, Silva e Cavalcante (2025) demonstram que a desinformação de gênero ultrapassa a esfera privada, configurando-se como um dispositivo coletivo que perpetua violências estruturais. Do mesmo modo, Miranda e Alcará (2023) inserem-se neste nível ao tratarem sobre o papel das bibliotecas na manutenção ou no enfraquecimento das desigualdades de gênero.

Quanto aos enfoques temáticos, observou-se que os artigos analisados investigam diferentes contextos e sujeitos sob uma perspectiva informacional: mulheres em situação de vulnerabilidade, desinformação de gênero, ações práticas de CoInfo em bibliotecas e políticas públicas em defesa da equidade de gênero. Embora partam de recortes distintos, eles convergem ao reconhecer que as desigualdades de gênero também se expressam no plano

informacional, considerando possíveis dificuldades de acesso a direitos e redes de proteção, circulação de discursos discriminatórios e silenciamento de sujeitos historicamente marginalizados.

No que se refere aos enfoques conceituais, os artigos analisados convergem na compreensão da informação como elemento central nas discussões e disputas por equidade e reconhecimento de grupos e seus direitos. A partir dessa análise, é possível indicar que a abordagem da CoInfo ultrapassa a dimensão técnica tradicionalmente atribuída, uma vez que ao contribuir para o enfrentamento de desigualdades estruturais e para o fortalecimento de grupos historicamente marginalizados, assume um caráter social e político, o que dialoga com a perspectiva apresentada por Lloyd (2012).

A análise dos estudos à luz do referencial teórico apresentado evidencia, portanto, uma convergência que amplia a compreensão da informação, de recurso instrumental, para uma dimensão atravessada por relações de poder, processos de resistência e sobrevivência. Nesse sentido, a CoInfo se configura como prática coletiva e situada (Lloyd, 2012), com potencial para o enfrentamento de vulnerabilidades informacionais relacionadas ao gênero. No entanto, percebe-se que as produções não estabelecem diretrizes para o desenvolvimento da CoInfo por sujeitos que sofrem violência de gênero nem tratam sobre as necessidades informacionais específicas dos grupos e sujeitos estudados, embora reconheçam a importância do atendimento a essas necessidades.

Quanto às potencialidades, as produções reforçam que a CoInfo pode ser considerada como um elemento contributivo para a amenização e mitigação dos processos de violência e abuso contra as mulheres, a partir do reconhecimento das diferentes formas de violência, inclusive as menos visíveis, como as violências psicológica, moral e patrimonial; do acesso a informações sobre direitos, medidas protetivas, canais de denúncia, órgãos de apoio e redes de proteção; desenvolvimento de ações, estratégias educativas, comunitárias e políticas de enfrentamento à violência, em bibliotecas, instituições públicas, coletivos e movimentos sociais, igrejas, centros comunitários, centros de saúde, dentre outros.

Com relação às limitações, não se deve compreender a CoInfo como solução isolada para a violência de gênero, uma vez que se trata de uma questão complexa que demanda múltiplas articulações e estratégias de enfrentamento decorrente de estruturas sociais e institucionais que ultrapassam a dimensão informacional. Nesse contexto, a CoInfo deve ser pensada sempre em articulação com a criação de políticas públicas, o estabelecimento de

redes de proteção e ações coletivas, como retratado nos documentos analisados. Por fim, é importante considerar também a necessidade de não responsabilizar ou culpabilizar as pessoas vítimas de violências, tendo em vista que o acesso à informação e o reconhecimento de direitos, por exemplo, não são elementos suficientes para garantir o enfrentamento às situações de violência.

Observa-se que a relação entre as temáticas violência de gênero e CoInfo no âmbito da CI, vem sendo construída de forma gradual, com avanços tímidos e lacunas que reforçam a necessidade de aprofundar abordagens críticas e interseccionais na área, de forma a compreender a CoInfo como prática situada e comprometida com transformações sociais.

Além disso, a presença de uma publicação por ano, entre 2022 e 2025, denota que, embora quantitativamente tímida, a temática emerge como uma preocupação contemporânea e latente na CI brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta à questão de pesquisa, verificou-se que a CoInfo é reconhecida, na produção científica brasileira levantada neste artigo, como instrumento relevante para o enfrentamento da violência de gênero, embora não consiga atuar de forma isolada na mitigação do problema. Por outro lado, nota-se que a temática ainda se manifesta de forma incipiente nas produções da CI. Infere-se, diante desse cenário, que o uso da informação como ferramenta de empoderamento para sujeitos em situação de violência é um debate recente, o que demanda o fomento e a valorização de pesquisas com este viés social.

A identificação de apenas quatro artigos no período de 2022 a 2025 confirma a escassez de discussões sistematizadas, o que sugere a necessidade de ampliação e consolidação da temática no campo. A incipiência dos estudos reforça a necessidade de propostas conceituais mais robustas, que não apenas relatem o problema, mas estabeleçam marcos teóricos específicos, como a Competência em Informação Feminista, possibilidade teórica em construção, compreendida como uma perspectiva crítica para analisar a informação bem como as práticas informacionais, como fenômenos atravessados por desigualdades de gênero, relações de poder e estruturas patriarcais.

Quanto aos enfoques temáticos e conceituais, verificou-se que cada estudo possui um enfoque temático diferente, embora todos apresentem o entrelaçamento entre os conceitos

de CoInfo e violência de gênero, demonstrando que a CoInfo atua no desenvolvimento da autonomia e criticidade dos sujeitos.

Por fim, quanto às potencialidades e limitações da CoInfo, as produções analisadas convergem ao apontar que o acesso e a apropriação qualificada da informação são recursos capazes de mitigar a vulnerabilidade informacional, permitindo que vítimas identifiquem abusos e acessem redes de proteção, embora somente isso não seja suficiente para mitigar o problema de violência de gênero.

Como limitação da pesquisa, aponta-se a restrição a uma única base de dados e o número reduzido de estudos recuperados. Sugere-se que investigações futuras ampliem o escopo para bases internacionais e incluam pesquisas de campo que analisem a dimensão subjetiva e as práticas informacionais de mulheres e outros sujeitos em situação de violência. Ainda assim, os resultados permitem afirmar que a articulação entre CoInfo e violência de gênero constitui uma agenda emergente e necessária para a CI, especialmente quando orientada por perspectivas críticas, interseccionais e comprometidas com a garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação: vivências e aprendizado. *In*: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges (org.). **Competência em informação**: das reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013. v. 1, p. 58-74.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. Inteligência, criatividade e competência em informação: uma articulação necessária no contexto social contemporâneo. *In*: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (org.). **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 125-153.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado; Observatório da Mulher contra a Violência. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**. 11. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pesquisanacional. Acesso em: 3 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DOYLE, Andréa; OLINTO, Gilda. Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 575-594, out./dez. 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44390. Acesso em: 1 jun. 2026.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcsvMnmwLWprjmG/. Acesso em: 5 fev. 2026.

FERREIRA, Laizlla Cristie da Silva; CORTES, Gisele Rocha. Enfrentando a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 19-44, jul./dez. 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/11722. Acesso em: 4 fev. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022

IRVING, Catherine J. Critical information literacy: adult learning and community perspectives. **European Journal for Research on the Education and Learning of Adults**, [*s. l.*], v. 11, n. 1, p. 65–76, 2020. Disponível em: https://rela.ep.liu.se/article/view/3865. Acesso em: 19 nov. 2026.

KAWABATA, Giovana Satie; MIRANDA, Ana Maria Mendes. Competência em informação para justiça sexual e reprodutiva: um mapeamento das produções. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, [*s. l.*], v. 8, número especial, p. 1-30, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23682. Acesso em: 19 nov. 2026.

LLOYD, Annemaree. Information literacy as a socially enacted practice: sensitising themes for an emerging perspective of people-in-practice. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 68, n. 6, p. 772–783, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1108/00220411211277037. Acesso em: 19 nov. 2026.

MELO, Daniella Alves de; ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Fellipe Sá. A competência crítica em informação e o enfrentamento às desigualdades de gênero. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 91–109.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Competência em informação, acesso à informação e desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, p. 1-26, 2024. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2062. Acesso em: 19 nov. 2026.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Competência em informação no contexto das mulheres: uma análise das produções. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB; IBICT, 2026. v. 5, n. 1, p. 1-18. Disponível em: https://www.enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/960. Acesso em: 19 nov. 2026.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Enfrentamento a desigualdade informacional de gênero: ações de competência em informação promovidas em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, São Cristóvão, SE. **Anais** [...]. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2023. v. 3, n. 1, p. 1-18. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/936. Acesso em: 4 fev. 2026.

MIRANDA, Ana Maria Mendes. **Feminismo e competência em informação:** debates teórico-práticos a partir da Epistemologia Social. 2024. 411 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024. Disponível em: https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/d7c18c66-f94d-46c7-bb5f-adbb0b859baa/content. Acesso em: 3 fev. 2026.

NERI, Georginei Souza; MOTA, Francisca Rosaline Leite. Competência informacional com vistas à mulher em situação de violência. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 2, p. 1-13, e-6735, 2024. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6735. Acesso em: 3 fev. 2026.

ROXO, Caroline. **Competência em informação e midiática**: um diagnóstico junto a agentes da Rede de Atendimento e Enfrentamento a violência a mulher em Bauru. 2025. 64 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2025. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a1ed4cb9-769a-47c0-a116-358d321157e3. Acesso em: 28 mar. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. reimpr. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Alessandra de Souza; MAIA, Luiz Cláudio Gomes; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Competência em Informação como Fator de Inovação Social: emancipação social pela transformação. **Brazilian Journal of Information Science**: Research Trends, Marília, v. 16, e02149, 2022. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12910. Acesso em: 19 nov. 2026.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. 264 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Ágatha Cristinny Oliveira da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Desinformação de gênero facilitada pela tecnologia. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, São Cristóvão, v. 8, número especial, p. 1-28, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23717. Acesso em: 4 fev. 2026.

VIOLA, Carla Maria Martellote; BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrade Sobral. A nona dimensão da competência crítica em informação na práxis e a advocacy coalition: análise de iniciativas brasileiras de gênero. **Revista EDICIC**, San José, Costa Rica, v. 2, n. 4, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/123. Acesso em: 4 fev. 2026.